

O USO DE DROGAS: BREVE ANÁLISE HISTÓRICA E SOCIAL

Laura M. Nunes

Licenciada em Psicologia - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UFP)
nunes17@sapo.pt

Gloria Jólluskin

Professora auxiliar - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UFP)
gloria@ufp.pt

Resumo

O problema do consumo de substâncias é extremamente complexo, e essa complexidade é reflectida pelas variadas configurações que o fenómeno foi desenhando. Actualmente, a problemática apresenta-se numa configuração que resulta, também, do seu percurso histórico. O presente artigo procurou fazer uma abordagem às diversas percepções e usos das drogas e, sobretudo, à sua história. O que se pretendeu foi evidenciar como o consumo de substâncias foi obedecendo a diferentes mecanismos e perseguindo díspares fins, dependendo do contexto sócio-cultural.

Abstract

Substance consumption is extremely complex. This complexity is reflected by the varied configurations that the phenomenon has assumed. Currently, the problematic is presented in a configuration that results from historical passage*. The present article tried to draw a perspective to the perceptions and uses of the drugs and, over all, to their history. What was intended was to put into evidence the way the substance consumption was obeying different mechanisms and pursuing different ends, depending on the socio-cultural context.

* The present article has tried to draw a perspective about the different perceptions and uses of drugs, mainly their history. What was aimed was to put into evidence the way the consumption of substances has obeyed to different mechanisms and has pursued different objectives, depending on the socio-economic context.

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O desenvolvimento de diferentes padrões de consumo de drogas tem-se revelado diferentemente ao longo do tempo. Desde há muito conhecidas, as drogas têm acompanhado o percurso da Humanidade, sendo consumidas em diversos contextos, de variadas formas e com díspares objectivos. De igual forma, também a visão das drogas foi assumindo diferentes contornos, sendo alvo de diversas interpretações. O presente artigo visa expor sucintamente a história do uso das drogas e as diferentes percepções que delas se foram tendo, numa tentativa de alertar para o facto de nem sempre se ter tido o cuidado de aprender com as experiências passadas, o que terá contribuído para o desenvolvimento da actual configuração do fenómeno.

As drogas foram percebidas como benéficas ou nocivas em função da sua época, da cultura em que se inseria o seu uso e, sobretudo, em função do padrão e dos motivos subjacentes ao seu consumo. Actualmente, as drogas encerram diferentes significados, dependendo do ponto de vista sob o qual são olhadas. Assim, o seu significado científico difere do sócio-cultural. No entanto, cada visão das drogas é atravessada pelas restantes perspectivas que delas vão construindo diferentes interpretações. Do ponto de vista de Morel, Hervé e Fontaine (1998), a droga é uma noção impregnada de subentendidos ideológicos que abarcam sentidos diferentes e, não raras vezes, opostos.

Alguns autores, como Kaminski, que vão mais longe e afirmam que o fenómeno das drogas mais não é que o reflexo do discurso que delas se faz. O autor chega mesmo a afirmar que a representação social da droga é a sua componente mais “tóxica”, uma vez que, quando reduzida às suas características intrínsecas de carácter agrícola ou físico-químico, a droga é apenas uma substância seca com determinadas propriedades (Sequeira, 2006). Esta ideia pode ser constatada através da forma como são olhadas diferentemente as díspares substâncias. Na verdade, actualmente, pode observar-se o uso de determinadas substâncias começa a assumir contornos problemáticos, como é o caso dos anti-inflamatórios, dos analgésicos, e até dos antibióticos, cuja utilização inadequada tem vindo a ser alvo de reparo e de alerta por parte dos profissionais de saúde. No entanto, o recurso abusivo a essas substâncias não encerra o estigma e o alarme social causado pelo consumo de outras drogas, nomeadamente as ilegais. O próprio uso do álcool, tão nocivo e com tão elevados custos sociais, não suscita a mesma impressão nem causa o mesmo alarme provocado pelo consumo das drogas ilícitas. Ao que parece, em termos sociais, continua a vigorar uma classificação das drogas como perigosas e não perigosas, numa tendência para interpretações enviesadas e, portanto, enganosas.

Ao longo do tempo, as drogas foram sendo imbuídas de múltiplos significados, assumindo também díspares dimensões e formas de consumo. Nos dois últimos séculos, a droga, após atravessar os tempos mais remotos, acabou por assumir uma tripla dimensão: a de mercadoria, como ponto de ligação entre as componentes jurídica, económica e fiscal; a dimensão lúdica e terapêutica, como fonte de desinibição favorecedora do convívio social e como instrumento de tratamento médico; e, por último, as dimensões de objecto e de origem do crime, numa perspectiva emergente, sobretudo a partir de meados do século XX (Poiares, 1999).

Assim, o consumo de drogas, com as características que actualmente se lhe reconhecem, não se instalou nem se desenvolveu ao sabor do acaso, mas antes em obediência a interes-

ses de cariz económico, político e até científico, os quais, juntamente com o contexto histórico-cultural, foram ditando o evoluir do fenómeno (Morel, Boulanger, Hervé, e Tonnelet, 2001). Por isso, o conhecimento dos seus usos através da história torna-se útil e pertinente para melhor se compreender a sua dinâmica mais recente, bem como as implicações do seu consumo, tão debatidas nas sociedades contemporâneas. De acordo com DuPont (2005), é sempre possível extrair conhecimento a partir dessas experiências do passado, quando o consumo de substâncias passíveis de desenvolver dependência era já uma prática. Acrescenta o autor que o consumo problemático de drogas assumiu, entretanto, contornos preocupantes nas actuais sociedades, encerrando características que não se encontravam noutras culturas.

2. AS DROGAS: DA ANTIGUIDADE À ACTUALIDADE

Pautado por distintos focos de interesse e ao sabor de díspares contextos sócio-culturais, o consumo de substâncias foi percorrendo um trajecto que se iniciou em tempos remotos. Assim, a cada tempo correspondem diferentes substâncias e distintas formas de as usar, numa obediência a um processo longo e contínuo.

O consumo de drogas foi, durante muito tempo, o instrumento pelo qual se procurou estabelecer contacto com entidades divinas, funcionando como elo de ligação entre a realidade conhecida e a “vida prometida” (Escohotado, 2004a). O recurso a substâncias psicoactivas foi, em várias culturas, a ponte de ligação entre a vida real, as divindades e os mortos (Poiares, 1999). Entretanto, outros fins se foram desenhando através do consumo de drogas. Passaram milénios nos quais as drogas foram usadas com fins festivos, terapêuticos e sacramentais, tendo atravessado os tempos para se converterem em objecto de uma intensa empresa científica. As drogas, transversais a tempos e a culturas, incomodaram a Religião, encolerizaram o Direito, comprometeram a Economia e constituíram uma tentação para a Arte (Escohotado, 2004a).

Durante muito tempo, a definição de droga genericamente aceite foi a apresentada na Antiga Grécia. Já Platão se referia aos *phármaka* como algo que se situava entre as coisas que, simultaneamente, podiam ser benéficas ou prejudiciais (Sequeira, 2006). Referia Paracelso que apenas a dose podia fazer essa diferença entre remédio e veneno. Então, uma droga não podia ser catalogada como benigna ou danosa. O que realmente podia afirmar-se era que o efeito de uma droga dependia da dose administrada, da pureza da substância, das condições e das razões da sua utilização, bem como das normas culturais que regiam o seu uso. Assim, Hipócrates e Galeno, fundadores da medicina científica, definiram que droga seria toda a substância que, não sendo vencida pelo corpo humano, teria a capacidade de o vencer (Escohotado, 2004a).

A referência a substâncias que eram fonte de prazer e, simultaneamente, constituíam recursos de aplicação médica e farmacêutica provém também da Antiguidade. De facto, na Antiga Grécia o ópio era aconselhado como remédio desde o século X a.C. (Poiares, 1999). Infelizmente, muitos dos textos antigos que falavam do uso que se dava às distintas substâncias perderam-se no tempo, mas alguns códices antigos, como o Papiro de Ebers (1500 a.C.), indicam que o cânhamo era usado pelos egípcios para esquecerem as preocupações e ludibriarem a fadiga e a fome, enquanto os assírios usavam a mesma substância durante os seus rituais religiosos (Angel, Richard e Valleur, 2002), ou como anestésico (Pérez-Cajaraville,

Abejón, Ortiz e Pérez, 2005). Em 5000 a.C. os sumérios deixaram o registo de um ideograma do qual constava o ópio como representante da alegria e do regozijo (Angel, Richard e Valleur, 2002). Persas e egípcios, por volta de 1550 a. C., conheciam as propriedades terapêuticas do ópio que, entretanto, se propagou pelo Império Romano. Desde 600 a. C. que a coca era conhecida. Algumas escavações e estudos arqueológicos desenvolvidos na América do Sul relatam a descoberta de folhas de coca no interior dos sarcófagos onde se acomodavam as múmias dos índios sul-americanos.

Entre os romanos, Plínio deixou registada a forma de extrair o ópio da papoila dormideira. Já no Oriente, do século II ao IV, os alquimistas chineses pesquisavam as plantas “que fazem voar” e produziam preparados como o pó das cinco pedras que “faz comer frio”, à base de minerais dissolvidos em álcool quente. Tal composição era rápida e perfeitamente absorvida com uma marcha enérgica e, com propriedades sedativas e euforizantes, levava o indivíduo à perda da noção do tempo (Angel, Richard e Valleur, 2002).

Na Idade Média, a farmacologia ocidental era pobre, e limitava-se praticamente aos “jardins des simples”, cultivados nos mosteiros. Também neste período algumas ordens religiosas começavam a produzir cerveja (Aldridge, 2001). Mas algumas das substâncias retiradas directamente das plantas eram associadas a exorcismos ou a práticas demoníacas. Por exemplo, a mandrágora era conhecida como anestésico e, simultaneamente, como afrodisíaco, enquanto o nenúfar era conhecido pelas suas propriedades sedativas e anti-afrodisíacas (Angel, Richard & Valleur, 2002). De notar que, na Alta Idade Média as “bruxas” eram raras, passando mesmo despercebidas, enquanto que foi na Baixa Idade Média quando se começou a suspeitar da existência de rituais pagãos colectivos com recurso às drogas. Em 1277, existiam já publicações nas quais se assegurava que um terço das mulheres francesas praticava bruxaria, havendo conhecimento de um uso considerável de certas substâncias com origem nas plantas (Escohotado, 2004a).

O mercantilismo expansionista, iniciado na Idade Média, e o posterior movimento dos Descobrimientos, conduziram a novas mudanças. Das viagens realizadas à descoberta do novo mundo, novos produtos e costumes invadiram o velho continente e, a par da batata e do milho, passaram a conhecer-se plantas cujos efeitos surpreenderam os europeus. Do chá ao tabaco, passando por outras espécies botânicas, foram sendo conhecidas substâncias como o ópio, que chamou a atenção do vice-rei português, o qual sugeriu ao monarca a produção da substância com fins lucrativos. Garcia da Orta, no século XVI, referiu o banguê, à base de folhas e de resina de cânhamo, como possuidor de efeitos desinibidores. A substância provocava alterações nos comportamentos sexuais, sendo o seu consumo, por isso, socialmente reprovável. Garcia da Orta apresentou ainda reflexões sobre os potenciais usos terapêuticos do ópio no âmbito das diarreias, da fraqueza gástrica e dos problemas sexuais masculinos, nomeadamente da ejaculação precoce. De facto, a época dos Descobrimientos constituiu um marco no conhecimento de novas substâncias, até então estranhas aos europeus (Poiars, 1999).

A verdade é que, se inicialmente, por volta dos séculos XVII e XVIII, o consumo de drogas era um privilégio de poucos, mais tarde verificar-se-ia um preocupante crescimento do número de consumidores. A excentricidade, aliada ao luxo e à busca de diferenciação por parte das elites mais cultas e preparadas, cativou escritores e intelectuais como Dumas, Balzac, Gautier (Poiars, 1999), ou Quincey, quem publicou *“Confessions of an English Opium Eater”* (1822), obra na qual relata sus memórias como consumidor desta substância.

Mesmo as substâncias já há muito conhecidas na Europa, como o álcool, apresentaram variações de consumo em função de diversos interesses. Abundantemente usado após a revolução industrial, o álcool revelou-se de grande utilidade para, por exemplo, silenciar os trabalhadores descontentes com as duras condições de trabalho impostas pelas crescentes necessidades de produção da época.

No século XIX, mais concretamente em 1860, foi sintetizada pela primeira vez a cocaína. Movido por questões científicas, Freud começou a estudar as propriedades desta substância, trabalho que culminou com a publicação do seu ensaio "Über Coca" (1884), provocando um aumento da prescrição de cocaína para o tratamento da ansiedade e depressão. Assim, a cocaína acabou por se tornar uma moda, entrando na composição de certas bebidas, usadas num primeiro momento como tónicos (Poiars, 1999). Um destes tónicos era o Vin Mariani, uma mistura de vinho e cocaína, que concorria com outro tipo de bebidas produzidas a partir de uma base de cola, e era inclusivamente publicitado pelo Papa Leão XIII. A mais famosa destas bebidas, a Coca-cola, foi inventada em 1886 por John Pemberton, um farmacêutico, utilizando como ingredientes activos a noz de cola e cocaína (Aldridge, 2001).

Seguiu-se um período de grande incremento do uso da cocaína, do ópio e dos respectivos alcalóides, sobretudo entre as pessoas mais abastadas e cultas. O ópio começava a usurpar o lugar cimeiro do álcool, preocupando a Grã-Bretanha de finais do século XIX, pelos malefícios que começavam a sentir-se (Farate, 2001). Entretanto, o cânhamo era utilizado com fins terapêuticos, sendo prescrito à Rainha Vitoria como alívio das dores menstruais, e tendo até direito ao selo de aprovação real (Aldridge, 2001).

Os mecanismos de generalização do consumo de substâncias foram vários, incluindo modas, e até guerras. A morfina, por exemplo, foi usada indiscriminadamente entre os feridos da Guerra da Cesseção nos Estados Unidos da América, entre 1861 e 1865, vindo a originar a então designada "doença do exército", pelas graves situações de dependência então criadas. Os próprios missionários religiosos, a par da mensagem divina, levavam consigo a heroína e a morfina, que eram usadas com o objectivo de recuperar os dependentes do ópio na China onde, ainda actualmente, a morfina é conhecida por "ópio de Cristo". Na verdade, a heroína surgiu no mercado apresentando-se como uma droga cinco vezes mais potente que a morfina, e convertendo a pequena Bayer, que produzia corantes, numa gigantesca estrutura produtora de fármacos (Escohotado, 2004b).

Já no século XX, na década de trinta, as anfetaminas começaram a ser comercializadas, sendo muito divulgadas no decorrer da II Guerra Mundial (1939/1945). Na década de quarenta, Hoffman descobriu inadvertidamente os poderes do ácido lisérgico (LSD), experimentando o efeito da substância. O movimento hippie, na década de sessenta, acabou por dar lugar ao uso generalizado e endémico das drogas que, assim, foram atravessando as distintas classes sociais e proliferando no mundo dos mais jovens (Angel, Richard e Valleur, 2002).

Em plena década de oitenta, deu-se o grande impulso no âmbito da produção de drogas sintéticas, também designadas por drogas de desenho. Nessa altura, iniciou-se uma época de novas drogas, em que os laboratórios ilegais produzem psicofármacos a um ritmo cada vez mais acelerado. Estas novas substâncias constituem, actualmente, um grupo muito alargado de drogas laboratorialmente produzidas e quimicamente manipuláveis. Acresce o facto de que, no âmbito da produção de drogas sintéticas, o mais singelo erro pode levar a drogas com propriedades desconhecidas e com efeitos imprevisíveis. Além disso, essas

drogas chegam aos consumidores através de redes de intermediários sem conhecimentos na matéria e sem qualquer escrúpulo (Escohotado, 2004a). Cada vez mais, são produzidas substâncias às quais se acede rapidamente e a baixo custo. Na década de noventa verificou-se um abrupto alargamento da faixa de idades dos consumidores, que se iniciavam cada vez mais cedo, seguindo um percurso similar ao dos adultos cuja iniciação se dera nas décadas de setenta e oitenta. A droga saiu dos salões e dos clubes elitistas para invadir as ruas das cidades e os bairros de operários (Poiars, 1999).

3. NOTAS FINAIS

Com uma longa história, o consumo de drogas não pára de progredir, assumindo diferentes características. Fontes de prazer, de inspiração, de misticidade e de cura, as drogas foram acompanhando o Homem ao longo dos tempos, tornando-se, actualmente, num grave problema que agita e alarma as sociedades. Em busca de uma solução, opta-se frequentemente pela proibição de algumas drogas, legitimando o uso de outras. Contudo, de acordo com Escohotado (2004a), a proibição afecta superficialmente as ideias sobre as distintas drogas, não conseguindo atenuar, mas antes potenciando, a natureza genérica das substâncias como bens económicos e sujeitos a esquemas comerciais.

Na verdade, são vários os factores que tornam as sociedades actuais mais propensas ao agravamento do problema. Após longa luta pelos direitos civis no âmbito religioso e político, depois de duas guerras mundiais e superada a tensão do pós-guerra, instalou-se uma sociedade acomodada ao consumismo, num universo de grandes cidades com espaços saturados, em que vigoram satisfações progressivamente mais estereotipadas, para compensar a voraz desumanização (Escohotado, 2004a). Todavia, pode mesmo dizer-se que não será por mero acaso que se vive uma época de adições várias, não apenas às drogas, como também às compras, ao jogo, aos apelos da Internet e, não tão raramente, ao próprio trabalho, num registo de comportamentos extremos, problemáticos e acompanhados de perda do auto-controlo.

De facto, a classificação que distingue entre drogas lícitas e ilícitas faz-nos esquecer a velha sabedoria grega, para a qual as drogas não eram boas ou más, legais ou ilegais, leves ou duras, mas antes substâncias cuja acção, como remédio ou como veneno, dependia da dose e da forma do seu uso. Depois desta pequena abordagem das diferentes formas de uso das drogas, poderíamos concluir a necessidade de aprender a conhecer os seus efeitos directos e secundários, os seus mecanismos de acção e a forma de bem as utilizar. Por via do conhecimento haverá possibilidade de melhor gerir o consumo de substâncias. Por oposição, um estado de ignorância apenas contribuirá para o consumo descontrolado e, consequentemente, problemático, até porque, de acordo com Escohotado (2004a), em nenhuma situação a mera proibição constituiu, isoladamente, factor de abandono do consumo de substâncias. Agora o desafio que se coloca prende-se com um investimento no conhecimento ou, pelo contrário, com uma aposta na ignorância (Escohotado, 2004b).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALDRIDGE, S. (2001). *Moléculas Mágicas – como actuam as drogas*. Lisboa, Replicação.
- ANGEL, P., Richard, D., e Valleur, M. (2002). *Toxicomanias*. Lisboa, Climepsi.
- DUPONT, R. L. (2005). *Cérebro, álcool e drogas. O cérebro egoísta: aprender com dependências*. Lisboa, Instituto Piaget.
- ESCOHOTADO, A. (2004a). *Historia general de las drogas*. Madrid, Editorial Espasa Calpe.
- ESCOHOTADO, A. (2004b). *História elemental das drogas*. Lisboa, Antígona.
- FARATE, C. (2001). *O acto do consumo e o gesto que consome*. Coimbra, Quarteto editora.
- GUERRA DOCE, E. (2006). Evidencias del consumo de drogas en Europa durante la Prehistoria. In: *Trastornos Adictivos*, 8 (1):53-61
- MOREL, A.; Hervé, F. e Fontaine, B. (1998). *Cuidados aos toxicodependente*. Lisboa, Climepsi.
- MOREL, A., Boulanger, M., Hervé, F., e Tonnelet, G. (2001). *Prevenção das toxicomanias*. Lisboa, Climepsi.
- PÉREZ-CAJARAVILLE J, Abejón D, Ortiz J. R, e Pérez J. R. (2005). El dolor y su tratamiento a través de la historia. In: *Revista de la Sociedad Española del Dolor*, 12, 373-384.
- POIARES, C. A. (1999). Contribuição para uma análise histórica da droga. In: *Toxicodependências*, 5, pp. 3-12.
- SEQUEIRA, J. P. (2006). *As origens psicológicas da toxicomania*. Lisboa, Climepsi.